



Informações Trimestrais

**Preparadas de Acordo com as
Práticas Contábeis Adotadas no Brasil Aplicáveis
às Instituições Autorizadas a Funcionar pelo Banco
Central do Brasil**

Banco RCI Brasil S.A.

30 de setembro de 2017

	Pág.
Índice das Demonstrações Financeiras:	
Relatório da Administração	1
Demonstrações Financeiras:	
Balanços Patrimoniais	3
Demonstração dos Resultados	5
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	6
Demonstração dos Fluxos de Caixa	7
Demonstração do Valor Adicionado	8
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	9
Anexo: Demonstração dos Resultados Abrangentes	24
Relação dos Administradores	25
Relatório do Auditor Independente	26
Declarações:	
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	29
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	30

BANCO RCI BRASIL S.A.
COMENTÁRIO DE DESEMPENHO

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação de V.Sas., as informações trimestrais do Banco RCI Brasil S.A. (Banco RCI Brasil ou Companhia), relativas aos períodos findos em 30 de setembro de 2017 e 2016, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

Mercado de Atuação

O Banco RCI Brasil, instituição financeira integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander, tem por objeto principal a prática de operações de investimento, arrendamento mercantil e crédito, financiamento e investimento, regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), sendo suas operações voltadas, principalmente, para o financiamento e/ou arrendamento de veículos das marcas Renault e Nissan.

Eventos Societários

Na Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") de 29 de janeiro de 2016, foi aprovado a incorporação da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil (RCI CFI) pelo Banco RCI Brasil, nos termos do "Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil pelo Banco RCI Brasil S.A." celebrado nessa mesma data.

A incorporação resultou na extinção da RCI CFI e no aumento de capital do Banco RCI Brasil, no valor de R\$537.073 mediante a emissão de 160 mil novas ações nominativas (39 mil ações ordinárias e 121 mil ações preferenciais), passando o capital social de R\$448.152 para R\$985.225. As atuais 244 mil ações do capital social do Banco RCI Brasil detidas pela RCI CFI e as novas ações emitidas foram atribuídas aos seus atuais acionistas na mesma proporção de sua atual participação.

Na AGE de 28 de abril de 2017, foi aprovado a distribuição de dividendos com base na Reserva para Reforço do Capital de Giro no montante de R\$210.000 (R\$494,53 para ações ordinárias e R\$543,98 para ações preferenciais, em reais por ação). O pagamento foi efetuado em 2 e 4 de maio de 2017.

Na AGE realizada em 14 de julho de 2017, foi aprovado o pagamento dos dividendos no valor de R\$108.000 (R\$254,33 para ações ordinárias e R\$279,76 para ações preferenciais, em reais por ação) com base na Reserva de Reforço de Capital de Giro. O pagamento foi efetuado em 21 de julho de 2017.

Na AGE realizada em 14 de julho de 2017, foi aprovada a proposta da Diretoria Executiva de distribuição de juros sobre o capital próprio do Banco RCI Brasil, no montante bruto de R\$44.000 (R\$103,62 para ações ordinárias e R\$113,98 para ações preferenciais, em reais por ação), que, após deduzido o valor relativo ao Imposto de Renda Retido na Fonte, na forma da legislação em vigor, importam o valor líquido de R\$37.400 (R\$88,07 para ações ordinárias e R\$96,88 para ações preferenciais, em reais por ação). O pagamento foi efetuado em 21 de julho de 2017.

Patrimônio Líquido e Resultado

O patrimônio líquido atingiu R\$1.055 milhões em 30 de setembro de 2017, apresentando retração de 20,5% em relação a R\$1.328 milhões em 31 de dezembro de 2016. Essa redução ocorreu, principalmente, em função do destaque de dividendos (conforme Nota Explicativa 18.b). O lucro líquido apresentado no período foi de R\$136,9 milhões em comparação ao prejuízo de R\$3,5 milhões do mesmo período do ano anterior.

Ativos e Passivos

Em 30 de setembro de 2017, os ativos totais atingiram R\$10.098 milhões, e estão representados principalmente pelas operações de crédito e de arrendamento mercantil no montante de R\$8.494 milhões, os quais, reduzidos do valor residual garantido das operações de arrendamento mercantil registrado no passivo, no valor de R\$1.291 milhões, representam uma carteira líquida de R\$7.203 milhões.

Em 30 de setembro de 2017, as captações de recursos do Banco RCI Brasil estão representadas, principalmente, por: depósitos interfinanceiros no montante de R\$1.372 milhões, recursos de aceites cambiais em R\$1.145 milhões e letras financeiras em R\$3.514 milhões.

Eventos Subsequentes

Na reunião realizada em 25 de outubro de 2017, o Conselho de Administração do Banco RCI aprovou a quinta emissão pública de Letras Financeiras, em um valor total de R\$300 milhões. A deliberação prevê a emissão de 2.000 Letras Financeiras, ao valor nominal de R\$150 mil cada. Os recursos obtidos serão destinados à expansão das atividades do Banco RCI, por meio da liberação de financiamento aos clientes da Companhia para aquisição de veículos das marcas Renault e Nissan, em conformidade com seu estatuto social. A oferta inicial poderá ser majorada para até R\$405 milhões, através da emissão de letras suplementares e adicionais, conforme previsto no prospecto preliminar.

BANCO RCI BRASIL S.A.
COMENTÁRIO DE DESEMPENHO

Conjuntura Econômica

O clima sobre a economia brasileira tem melhorado ao longo de 2017. De um lado, há sinais cada vez mais convincentes de que a economia entrou em rota de recuperação, liderada pela agropecuária e exportações no 1º trimestre, pela liberação dos recursos do FGTS no 2º trimestre, e consolidada com uma melhora gradual, mas consistente, no mercado de trabalho e nas condições de crédito. Existem sinais suficientes para sustentar a expectativa de retomada do crescimento econômico, deixando para trás a mais longa e profunda recessão da história brasileira.

A inflação tem surpreendido para baixo, consolidando uma perspectiva de que permanecerá próxima dos objetivos da autoridade monetária nos próximos anos. Com inflação confortavelmente ao redor da meta, a taxa de juros (interbancária de curtíssimo prazo) deve atingir o menor patamar dos últimos 60 anos, abrindo espaço para mudanças estruturais importantes na economia brasileira, notadamente um novo ciclo de expansão do crédito e desenvolvimento do mercado de capitais.

A consolidação de um cenário favorável exige avanço no processo de reformas estruturais, principalmente na área fiscal, de modo a reverter a trajetória ascendente da dívida pública. Medidas destinadas a aperfeiçoar o ambiente de negócios e impulsionar a produtividade também são necessárias para garantir crescimento sustentável e melhora dos indicadores sociais.

Outras Informações

A política de atuação do Banco RCI na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander (Nota 27.a).

Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários 381/2003, o Banco RCI informa que no período findo de 30 de setembro de 2017, não foram prestados pela KPMG Auditores Independentes e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria independente.

Ademais, o Banco RCI confirma que a KPMG Auditores Independentes dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria externa. Referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais; e (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Agradecimentos

A Administração do Banco RCI Brasil agradece aos clientes e acionistas pela confiança depositada.

Curitiba, 8 de novembro de 2017.
O Conselho de Administração
A Diretoria

BANCO RCI BRASIL S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	30/09/2017	31/12/2016
Ativo Circulante		4.883.357	4.658.503
Disponibilidades	4 & 19.e	32.599	23.610
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4	24.002	17.011
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		24.002	17.011
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		644.287	523.376
Carteira Própria	5.a	644.287	497.183
Instrumentos Financeiros Derivativos	5.c	-	26.193
Relações Interfinanceiras	6	295.843	282.437
Depósitos no Banco Central		295.843	282.437
Operações de Crédito		3.702.878	3.641.039
Setor Privado	8.c	3.308.695	3.241.236
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	8.c	463.362	476.180
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	8.e	(69.179)	(76.377)
Operações de Arrendamento Mercantil		(2.820)	(1.832)
Setor Privado	8.a	125.050	138.799
(Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil)	8.a	(122.605)	(135.379)
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	8.e	(5.265)	(5.252)
Outros Créditos		156.231	128.870
Créditos Tributários	9.a	103.897	76.986
Rendas a Receber	19.e	2.064	1.022
Diversos	10	50.270	50.862
Outros Valores e Bens		30.337	43.992
Outros Valores e Bens		915	924
(Provisões para Desvalorizações)		(12)	(12)
Despesas Antecipadas		29.434	43.080
Ativo Realizável a Longo Prazo		3.219.205	3.167.555
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		119.156	124.752
Carteira Própria	5.a	119.156	124.490
Instrumentos Financeiros Derivativos	5.c	-	262
Operações de Crédito		2.637.690	2.597.439
Setor Privado	8.c	2.454.756	2.313.280
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	8.c	261.143	374.045
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	8.e	(78.209)	(89.886)
Operações de Arrendamento Mercantil		3.209	3.824
Arrendamentos a Receber:			
Setor Privado	8.a	185.385	215.719
(Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil)	8.a	(175.214)	(204.590)
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	8.e	(6.962)	(7.305)
Outros Créditos		449.220	433.336
Créditos Tributários	9.a	265.963	260.894
Diversos	10	183.257	172.442
Outros Valores e Bens		9.930	8.204
Despesas Antecipadas		9.930	8.204
Permanente		1.995.879	2.204.732
Imobilizado de Uso	11	1.697	1.835
Outras Imobilizações de Uso		3.292	3.166
(Depreciações Acumuladas)		(1.595)	(1.331)
Imobilizado de Arrendamento	12	1.992.354	2.200.634
Bens Arrendados		1.926.883	2.129.268
Superveniência de Depreciação		865.488	962.015
(Depreciações Acumuladas)		(800.017)	(890.649)
Intangível	13	1.828	2.263
Outros Ativos Intangíveis		5.648	5.588
(Amortizações Acumuladas)		(3.820)	(3.325)
Total do Ativo		10.098.441	10.030.790

BANCO RCI BRASIL S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	<u>Nota</u>	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Passivo Circulante		3.570.021	4.184.214
Depósitos		695.480	1.042.315
Depósitos à Vista		3.454	2.666
Depósitos Interfinanceiros	14.a	692.026	1.039.649
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	14.b	1.720.099	1.798.191
Recursos de Aceites Cambiais		605.965	553.811
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		1.114.134	1.244.380
Outras Obrigações		1.154.442	1.343.708
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		3.857	2.957
Sociais e Estatutárias		849	83.563
Fiscais e Previdenciárias	15	31.193	13.935
Instrumentos Financeiros Derivativos	5.c	113.060	39.833
Diversas	16	1.005.483	1.203.420
Passivo Exigível a Longo Prazo		5.473.575	4.519.048
Depósitos		680.454	301.195
Depósitos Interfinanceiros	14.a	680.454	301.195
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	14.b	2.939.581	2.292.436
Recursos de Aceites Cambiais		539.375	536.444
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		2.400.206	1.755.992
Outras Obrigações		1.853.540	1.925.417
Fiscais e Previdenciárias	15	216.372	241.227
Instrumentos Financeiros Derivativos	5.c	112.216	68.175
Diversas	16	1.524.952	1.616.015
Resultados de Exercícios Futuros		-	4
Resultados de Exercícios Futuros		-	4
Patrimônio Líquido	18	1.054.845	1.327.524
Capital Social:		985.225	985.225
De Domiciliados no País		393.015	393.015
De Domiciliados no Exterior		592.210	592.210
Reservas de Lucros		108.259	347.560
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(52.845)	(5.261)
Lucros Acumulados		14.206	-
Total do Passivo		10.098.441	10.030.790

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

BANCO RCI BRASIL S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/07 a 30/09/2017	01/01 a 30/09/2017	01/07 a 30/09/2016	01/01 a 30/09/2016
Receitas da Intermediação Financeira		418.815	1.343.995	506.683	1.374.848
Operações de Crédito		271.848	819.557	293.784	853.114
Operações de Arrendamento Mercantil		146.429	486.297	204.627	607.931
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		26.995	75.827	17.239	49.529
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	5.c	(32.739)	(60.261)	(18.737)	(162.861)
Resultado das Aplicações Compulsórias		6.282	22.575	9.770	27.135
Despesas da Intermediação Financeira		(306.516)	(1.014.543)	(446.062)	(1.314.571)
Operações de Captação no Mercado		(130.832)	(442.920)	(209.057)	(625.578)
Operações de Arrendamento Mercantil		(125.486)	(418.547)	(180.020)	(536.415)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.f	(50.198)	(153.076)	(56.985)	(152.578)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		112.299	329.452	60.621	60.277
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(42.859)	(132.228)	(34.781)	(78.487)
Receitas de Prestação de Serviços		1.838	5.809	3.591	6.722
Rendas de Tarifas Bancárias	20	18.045	47.142	13.387	40.877
Despesas de Pessoal		(7.700)	(23.511)	(7.051)	(20.444)
Outras Despesas Administrativas	21	(43.229)	(115.296)	(32.278)	(85.566)
Despesas Tributárias		(6.206)	(14.289)	(2.028)	(6.542)
Outras Receitas Operacionais	22	13.170	37.239	11.662	41.886
Outras Despesas Operacionais	23	(18.777)	(69.322)	(22.064)	(55.420)
Resultado Operacional		69.440	197.224	25.840	(18.210)
Resultado não Operacional	24	7.761	20.272	6.788	21.534
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		77.201	217.496	32.628	3.324
Imposto de Renda e Contribuição Social	25	(18.327)	(77.749)	(15.149)	(6.045)
Provisão para Imposto de Renda		(17.352)	(32.908)	(5.309)	(1.500)
Provisão para Contribuição Social		(8.097)	(44.856)	(13.984)	(30.759)
Ativo Fiscal Diferido		7.122	15	4.144	26.214
Participação dos Empregados no Lucro		(668)	(2.842)	(284)	(817)
Lucro Líquido (Prejuízo)		58.206	136.905	17.195	(3.538)
Juros sobre o Capital Próprio	18.b	(44.000)	(44.000)	-	-
Nº de Ações (Mil)	18.a	404	404	404	404
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações (em R\$)		144.074	338.874	42.562	(8.757)

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

BANCO RCI BRASIL S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	Capital Social	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
			Reserva Legal	Reserva Estatutária			
Saldos em 31 de Dezembro de 2015		448.152	24.845	341.320	-	-	814.317
Aumento de Capital	2	537.073	-	-	-	-	537.073
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	(638)	-	(638)
Prejuízo Líquido		-	-	-	-	(3.538)	(3.538)
Utilização de Reservas para Absorção de Prejuízos do 1º Semestre		-	-	(20.733)	-	20.733	-
Saldos em 30 de Setembro de 2016		985.225	24.845	320.587	(638)	17.195	1.347.214
Mutações no período		537.073	-	(20.733)	(638)	17.195	532.897
Saldos em 31 de Dezembro de 2016		985.225	28.806	318.754	(5.261)	-	1.327.524
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	(47.584)	-	(47.584)
Dividendos com base na Reserva Estatutária	18.b	-	-	(318.000)	-	-	(318.000)
Lucro Líquido		-	-	-	-	136.905	136.905
Destinações:							
Reserva Legal	18.d	-	3.935	-	-	(3.935)	-
Juros Sobre o Capital Próprio	18.b	-	-	-	-	(44.000)	(44.000)
Reserva para Reforço de Capital de Giro	18.c	-	-	74.764	-	(74.764)	-
Saldos em 30 de Setembro de 2017		985.225	32.741	75.518	(52.845)	14.206	1.054.845
Mutações no período		-	3.935	(243.236)	(47.584)	14.206	(272.679)

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

BANCO RCI BRASIL S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/01 a 30/09/2017	01/01 a 30/09/2016
Atividades Operacionais			
Lucro Líquido (Prejuízo)		136.905	(3.538)
Ajustes ao Lucro Líquido (Prejuízo)		137.095	35.445
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.f	153.076	152.578
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		(24.538)	(118.455)
Depreciações e Amortizações		759	662
Provisão (Reversão) de Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais	17.c	22.983	15.658
Atualização de Depósitos Judiciais	22	(11.886)	(11.259)
Atualização de Impostos a Compensar	22	(3.244)	(3.739)
Outros		(55)	-
Variações em Ativos e Passivos		(58.678)	430.924
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		(84.701)	78.041
Redução (Aumento) em Operações de Crédito e Operações de Arrendamento Mercantil		(181.084)	711.365
Aumento em Depósitos no Banco Central		(13.406)	(53.930)
Redução em Outros Créditos		10.970	101.731
Redução em Outros Valores e Bens		11.920	33.693
(Redução) Aumento em Depósitos		32.424	(671.099)
Aumento em Outras Obrigações		243.834	321.669
(Redução) em Resultados de Exercícios Futuros		(4)	(3)
Imposto Pago		(78.631)	(90.543)
Caixa Líquido Originado em Atividades Operacionais		215.322	462.831
Atividades de Investimento			
Aquisição de Imobilizado de Uso		(126)	(194)
Aplicações no Intangível		(60)	(230)
Caixa Líquido Aplicado em Atividades de Investimento		(186)	(424)
Atividades de Financiamento			
Emissões de Obrigações de Longo Prazo		2.099.414	1.652.407
Pagamentos de Obrigações de Longo Prazo		(1.860.016)	(1.878.992)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	18.b	(438.554)	(43.083)
Caixa Líquido Aplicado em Atividades de Financiamento		(199.156)	(269.668)
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa		15.980	192.739
Caixa e Equivalentes de Caixa Advindo de Incorporação de Sociedade	2	-	32.040
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	4	40.621	169.359
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	4	56.601	394.138

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

BANCO RCI BRASIL S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/01 a 30/09/2017		01/01 a 30/09/2016	
Receitas da Intermediação Financeira		1.343.995		1.374.848	
Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas					
Bancárias		52.951		47.599	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.f	(153.076)		(152.578)	
Outras Receitas (Despesas)		(11.812)		8.000	
Despesas da Intermediação Financeira		(861.467)		(1.161.993)	
Insumos de Terceiros		(114.008)		(84.433)	
Serviços de Terceiros		(35.503)		(30.764)	
Outros		(78.505)		(53.669)	
Valor Adicionado Bruto		256.583		31.443	
Retenções:					
Depreciações e Amortizações		(759)		(662)	
Valor Adicionado Bruto a Distribuir		255.824		30.781	
Distribuição do Valor Adicionado					
Pessoal		22.633	8,8%	18.051	58,6%
Remuneração		16.508		12.390	
Benefícios		3.413		3.184	
FGTS		1.425		1.214	
Outras		1.287		1.263	
Impostos, Taxas e Contribuições		95.758	37,5%	15.797	51,4%
Federais		90.511		10.441	
Municipais		5.247		5.356	
Remuneração de Capitais de Terceiros - Aluguéis		528	0,2%	471	1,5%
Remuneração de Capitais Próprios		136.905	53,5%	(3.538)	-11,5%
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio		44.000		-	
Reinvestimentos de Lucros (Prejuízo do Período)		92.905		(3.538)	
Total		255.824	100,0%	30.781	100,0%

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional

O Banco RCI Brasil S.A. (Banco RCI Brasil ou Companhia), instituição financeira integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander, constituída na forma de sociedade anônima, domiciliada na Rua Pasteur, 463 - 2º andar - Conjunto 204 - Batel - Curitiba - PR, tem por objeto principal, a prática de operações de investimento, arrendamento mercantil e crédito, financiamento e investimento, regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), sendo suas operações atualmente voltadas, principalmente, para o financiamento e arrendamento de veículos das marcas Renault e Nissan, e conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro.

2. Apresentação das Informações Trimestrais

As informações trimestrais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do CMN, do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen.

A preparação das informações trimestrais requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas, receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

As informações trimestrais do período findo em 30 de setembro de 2017 foram aprovadas pelo Conselho de Administração na reunião realizada em 8 de novembro de 2017.

Na AGE de 29 de janeiro de 2016, foi aprovado a incorporação da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil (RCI CFI) pelo Banco RCI Brasil, nos termos do "Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil pelo Banco RCI Brasil S.A." celebrado nessa mesma data.

A incorporação reversa da RCI CFI, anteriormente controladora integral do Banco RCI Brasil, resultou na sua extinção e foi sucedida pelo Banco RCI Brasil em todos os seus bens, direitos e obrigações. Na incorporação, foi aumentado o capital social do Banco RCI Brasil no valor de R\$537.073, mediante a emissão de 160 mil novas ações nominativas (39 mil ações ordinárias e 121 mil ações preferenciais), passando o capital social de R\$448.152 para R\$985.225. As atuais 244 mil ações do capital social do Banco RCI Brasil detidas pela RCI CFI e as novas ações emitidas foram atribuídas aos seus acionistas na mesma proporção da participação que detinham na RCI CFI.

A incorporação teve por base os valores contábeis da RCI CFI na data-base de 31 de dezembro de 2015, conforme laudo de avaliação resumido abaixo:

Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo	8.115.007
Disponibilidades	32.040
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	369.066
Relações Interfinanceiras	264.484
Operações de Crédito	7.013.151
Outros Créditos	361.649
Outros Valores e Bens	74.617
Permanente	818.753
Investimentos	814.317
Imobilizado de Uso e Intangível	4.436
Total do Ativo	8.933.760
Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo	7.582.365
Depósitos	2.022.538
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	4.397.052
Outras Obrigações	1.162.775
Resultado de Exercícios Futuros	5
Total do Passivo	7.582.370
Patrimônio Líquido	1.351.390
(-) Investimentos	(814.317)
Acervo Líquido Incorporado	537.073

3. Principais Práticas Contábeis

a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As informações trimestrais estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação do Banco RCI Brasil.

b) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

e) Créditos Remunerados Vinculados ao Bacen

São demonstradas pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.

f) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

I - títulos para negociação;

II - títulos disponíveis para venda; e

III - títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade financeira do Banco de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida:

(1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e

(2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.

g) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a "hedge" ou não. As operações efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de "hedge" contábil, principalmente derivativos utilizados na administração da exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge") podem ser classificados como:

I - "hedge" de risco de mercado; e

II - "hedge" de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

(1) para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no exercício; e

(2) para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

Alguns instrumentos financeiros híbridos são compostos por um instrumento financeiro derivativo e um ativo ou passivo não derivativo. Nestes casos, o instrumento financeiro derivativo representa um derivativo embutido. Os derivativos embutidos são registrados separadamente em relação ao contrato a que estejam vinculados.

h) Carteira de Crédito, Arrendamento e Provisão para Perdas

A carteira de créditos inclui operações de crédito e operações de arrendamentos mercantil e é demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados "pro rata" dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Os contratos de arrendamento de bens são registrados pelos correspondentes valores das contraprestações a receber, que indicam os valores das parcelas a vencer dos contratos, em conta de arrendamentos a receber, em contrapartida à conta retificadora de rendas a apropriar. As rendas decorrentes dos contratos de arrendamento são apropriadas pelo valor das contraprestações na data dos vencimentos, conforme determina a Portaria do Ministério da Fazenda (MF) 140/1984.

As cessões de crédito sem retenção de riscos resultam na baixa dos ativos financeiros objeto da operação, que passam a ser mantidos em conta de compensação. O resultado da cessão é reconhecido integralmente, quando de sua realização.

A partir de janeiro de 2012, conforme determinado pela Resolução CMN 3.533/2008 e Resolução CMN 3.895/2010, todas as cessões de crédito com retenção de riscos passam a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações, e os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

O Banco RCI Brasil efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operações de crédito e de arrendamento de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A operação de crédito e de arrendamento baixado para prejuízo é registrada em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.

As provisões para operações de crédito e de arrendamento são fundamentadas nas análises das operações em aberto (vencidas e vincendas), na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, inclusive, exigidas pelas normas do CMN e Bacen.

i) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos de operações de crédito e arrendamento mercantil.

BANCO RCI BRASIL S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

i.1) Comissões Pagas a Correspondentes Bancários

Considerando-se o contido na Resolução 4.294 e Circular Bacen 3.693 de dezembro de 2013, a partir de janeiro de 2015 as comissões pagas aos agentes intermediários em decorrência da origemação de novas operações de crédito ficaram limitadas aos percentuais máximos de (i) 6% do valor da nova operação originada e (ii) 3% do valor da operação objeto de portabilidade.

As referidas comissões devem ser integralmente reconhecidas como despesa quando incorridas.

A Circular Bacen 3.738 de dezembro de 2014, facultou a possibilidade de aplicação escalonada do procedimento contábil supracitado, conforme abaixo:

- a) 2015: Reconhecer integralmente como despesa 1/3 do valor da comissão paga, sendo a diferença ativada e apropriada ao resultado pelo período de 36 meses ou pelo prazo do contrato, dos dois o menor;
- b) 2016: Reconhecer integralmente como despesa 2/3 do valor da comissão paga, sendo a diferença ativada e apropriada ao resultado pelo período de 36 meses ou pelo prazo do contrato, dos dois o menor; e
- c) 2017: Reconhecer o valor total da comissão paga integralmente como despesa.

Segundo o contido na Circular Bacen 3.722 de outubro de 2014, os procedimentos contábeis anteriormente descritos devem ser aplicados de forma prospectiva a partir de janeiro de 2015, não trazendo impactos sobre as comissões pagas até dezembro de 2014.

A partir de janeiro de 2020, caso ainda exista no ativo da entidade saldo a amortizar de comissão de venda paga ao correspondente, esse montante deve ser integralmente baixado contra resultado (despesa).

O Banco RCI Brasil optou pela não aplicação temporal dos procedimentos contábeis referenciados pela Circular Bacen 3.738 de dezembro de 2014. Neste sentido e com base no contido na Resolução 4.294 e Circular 3.693, as comissões pagas aos agentes intermediários em decorrência da origemação de novas operações de crédito e arrendamento mercantil estão sendo integralmente reconhecidas como despesa quando incorridas.

j) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

j.1) Imobilizado de Uso

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

j.2) Imobilizado de Arrendamento

Os bens objeto dos contratos de arrendamento celebrados na vigência das Portarias MF 140/1984 e MF 113/1988 são depreciados segundo os prazos de vida útil-econômica estabelecidos pela legislação tributária, reduzidos em 30% desde que atendidos os requisitos estabelecidos.

j.3) Intangível

Os gastos classificados no ativo intangível são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos quando se referem à aquisição e desenvolvimento de logiciais.

j.4) Insuficiência/Superveniência de Depreciação

Constituída de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Circular Bacen 1.429/1989, resulta da diferença entre o valor contábil dos contratos de arrendamento e o valor presente das respectivas contraprestações, calculada com base na taxa interna de retorno. De acordo com essa Circular, o valor contábil dos contratos é determinado pela soma das seguintes contas: arrendamentos a receber, valores residuais a realizar e a balancear, rendas de arrendamentos a apropriar, imobilizado de arrendamento, perdas em arrendamentos a amortizar, depreciações e amortizações acumuladas, bens não de uso próprio e credores por antecipação de valor residual. A referida Circular não requer a reclassificação dos saldos do ativo permanente para o ativo circulante e realizável a longo prazo e receitas e despesas de arrendamento mercantil. Tais ajustes são apresentados pelo saldo da conta de insuficiência/superveniência de depreciação no permanente. O imposto de renda correspondente à superveniência ou à insuficiência é representado pelo saldo da conta de provisão para imposto de renda diferido ou créditos tributários, respectivamente.

j.5) Perdas em Arrendamentos a Amortizar

Correspondem a perdas apuradas na venda de bens pelo valor residual dos contratos que são amortizadas pelo respectivo prazo remanescente de vida útil dos bens arrendados. O saldo correspondente às perdas a amortizar, para efeito das informações trimestrais, está reclassificado para a rubrica "bens arrendados".

k) Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais-Fiscais e Previdenciários

O Banco RCI Brasil é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

As provisões são reavaliadas em cada data de balanço para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas ou reduzidas quando deixam de ser prováveis as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para as provisões cujo o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 17.f) e para as provisões cujo risco de perda é remota não é requerida a divulgação.

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

No caso de trânsitos em julgado favoráveis ao Banco RCI, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.

l) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)

O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sobre determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da Cofins são registradas em despesas tributárias.

m) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 20% para as instituições financeiras e pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização (15% até agosto de 2015) e 9% para as demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL para as instituições financeiras, pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização foi elevada de 15% para 20% para o período-base compreendido entre 1 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, nos termos da Lei 13.169/2015 (resultado da conversão em Lei da Medida Provisória (MP) 675/2015).

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e a liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 9.b, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

n) Estimativas Contábeis

As estimativas contábeis e premissas utilizadas pela Administração para a preparação das informações trimestrais são revisadas pelo menos trimestralmente, sendo apresentadas a seguir as principais estimativas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo período quando comparados com os montantes reais, tais como: ajuste a mercado dos títulos e instrumentos financeiros derivativos, valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências e a realização dos créditos tributários. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.

o) Eventos Subsequentes

Corresponde ao evento ocorrido entre a data-base das demonstrações financeiras e a data na qual foi autorizada a emissão dessas demonstrações e são compostos por:

- Eventos que Originam Ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não Originam Ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2016	31/12/2015
Disponibilidades	32.599	23.610	39.049	6.175
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	24.002	17.011	355.089	163.184
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	24.002	17.011	355.089	163.184
Total	56.601	40.621	394.138	169.359

5. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos
a) Resumo da Carteira por Categorias

	30/09/2017		31/12/2016	
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste a Mercado no Patrimônio Líquido	Valor de Contábil	Valor de Contábil
Títulos Disponíveis para Venda	763.542	(99)	763.443	621.673
Títulos Públicos	380.947	(99)	380.848	255.906
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	380.947	(99)	380.848	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	255.906
Títulos Privados - Cotas de Fundos de Investimento⁽³⁾	382.595	-	382.595	365.767
Cotas - Venda de Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC Venda de Veículos) ⁽¹⁾	263.439	-	263.439	241.277
Cotas - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios RCI Brasil I - Financiamento de Veículos (FIDC RCI Brasil I) ⁽²⁾	48.423	-	48.423	74.715
Cotas - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios RN Brasil - Financiamento de Veículos (FIDC RN Brasil) ⁽²⁾	70.733	-	70.733	49.775
Total	763.542	(99)	763.443	621.673
Circulante			644.287	497.183
Longo prazo			119.156	124.490

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Abertura por Vencimento

	Sem Vencimento	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
Títulos Disponíveis para Venda	263.439	380.848	48.423	70.733	763.443
Títulos Públicos	-	380.848	-	-	380.848
LFT	-	380.848	-	-	380.848
Títulos Privados	263.439	-	48.423	70.733	382.595
FIDC Venda de Veículos ⁽¹⁾	263.439	-	-	-	263.439
FIDC RCI Brasil I ⁽²⁾	-	-	48.423	-	48.423
FIDC RN Brasil ⁽²⁾	-	-	-	70.733	70.733
Total	263.439	380.848	48.423	70.733	763.443

(1) Referem-se a cotas Sênior e Subordinadas.

(2) Referem-se a cotas Subordinadas.

(3) As cotas de fundos de investimento em direitos creditórios contemplam os efeitos de harmonização com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, referentes à avaliação da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Para a abertura por vencimento da LFT e dos FIDC's foi utilizado o critério de vencimento dos títulos e dos FIDC's, respectivamente.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado considerando a cotação média dos mercados organizados e o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião do encerramento do balanço e as cotas de fundo de investimento são atualizadas com base na cotação divulgada pelos administradores dos fundos diariamente.

c) Instrumentos Financeiros Derivativos

	30/09/2017			31/12/2016		
	Valor Referencial	Curva	Mercado	Valor Referencial	Curva	Mercado
I) "Swap" - Negociação						
Ativo	2.447.853	2.447.853	2.449.850	2.880.782	2.680.378	2.890.889
Certificado de Depósitos Interfinanceiros (CDI)	2.447.853	2.447.853	2.449.850	2.780.598	2.680.378	2.790.424
Taxa de Juros Pré Reais	-	-	-	100.184	-	100.465
Passivo	(2.478.122)	(2.478.122)	(2.509.139)	2.872.201	(2.671.797)	(2.922.284)
Certificado de Depósitos Interfinanceiros (CDI)	-	-	-	100.220	-	(100.203)
Taxa de Juros Pré - Reais	(2.478.122)	(2.478.122)	(2.509.139)	2.771.981	(2.671.797)	(2.822.081)
"Swap" - Negociação	(30.269)	(30.269)	(59.289)	5.752.983	8.581	(31.395)
II) Derivativos Utilizados como Instrumentos de "Hedge"						
Ativo	3.326.223	3.326.223	3.347.432	2.550.113	2.550.113	2.588.504
Certificado de Depósitos Interfinanceiros (CDI)	3.326.223	3.326.223	3.347.432	2.550.113	2.550.113	2.588.504
Passivo	(3.357.850)	(3.357.850)	(3.513.419)	(2.550.077)	(2.550.077)	(2.638.662)
Taxa de Juros Pré - Reais	(3.357.850)	(3.357.850)	(3.513.419)	(2.550.077)	(2.550.077)	(2.638.662)
"Hedge" de Fluxo de Caixa - Disponível para Venda	(31.627)	(31.627)	(165.987)	36	36	(50.158)
Total Diferencial a Receber						26.455
Circulante						26.193
Longo prazo						262
Total Diferencial a Pagar			(225.276)			(108.008)
Circulante			(113.060)			(39.833)
Longo prazo			(112.216)			(68.175)
III) Objeto de "Hedge" - Valor da Curva				30/09/2017	31/12/2016	
Passivo				(3.773.664)	(2.890.500)	
Depósitos (Nota 14.a)				(218.145)	(547.556)	
Certificado de Depósitos Interfinanceiros (CDI) ⁽¹⁾				(218.145)	(547.556)	
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos (Nota 14.b)				(3.555.519)	(2.342.944)	
Letras de Câmbio - LC ⁽¹⁾				(489.885)	(573.596)	
Letras Financeiras - LF ⁽¹⁾				(3.065.634)	(1.769.348)	

(1) São operações com vencimentos entre Outubro de 2017 e Maio de 2020 (31/12/2016 - operações com vencimento entre maio de 2017 a novembro de 2019), cujos objetos de "hedge" são captações com operações de certificado de depósitos interfinanceiros - CDI, letras de câmbio - LC e letras financeiras - LF.

As estratégias de hedge de fluxo de caixa do Banco RCI consistem em hedge de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros, que são atribuíveis às alterações nas taxas de juros relativas a ativos e passivos reconhecidos.

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

IV) Instrumentos Financeiros Derivativos por Vencimento

	Valor Referencial				
				30/09/2017	31/12/2016
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
"Swap"	2.071.329	275.982	100.542	2.447.853	2.880.782
Operações de Hedge	327.570	1.087.650	1.911.003	3.326.223	2.550.113
Total	2.398.899	1.363.632	2.011.545	5.774.076	5.430.895

Foram reconhecidos despesas com instrumentos financeiros derivativos no montante de R\$60.261 no período (30/09/2016 - R\$162.861) e, no montante de R\$32.739 no trimestre (30/09/2016 - R\$18.737). O ajuste ao valor de mercado da operação de "hedge" de fluxo de caixa no montante de R\$94.066 está registrado no patrimônio líquido.

6. Relações Interfinanceiras

O saldo de R\$295.843 (31/12/2016 - R\$282.437) da rubrica relações interfinanceiras é composto por créditos vinculados, representados na sua totalidade por depósitos em espécie efetuados no Bacen para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos a prazo e recursos de aceites cambiais e adicional sobre depósitos.

7. Instrumentos Financeiros - Análise de Sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais.

As informações foram produzidas com base no conteúdo dos sistemas produtos e da contabilidade, sendo que os cálculos foram realizados de acordo com as metodologias utilizadas pela Administração do Banco. Nesse sentido, os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e "banking", conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Método Padronizado de Basileia do Bacen. Carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação e a carteira "banking" consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco RCI Brasil.

Para elaboração dos cenários da análise de sensibilidade, foram utilizados como referência: (i) informações da Curva-Pré da taxa de juros básica (DI-Futuro), utilizado os valores diários obtidos no fechamento da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") e (ii) Curva Cupom IPCA: utilizado as taxas de swaps da B3 e após 1 ano as *Yields* de NTN-B conforme divulgado pela ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais) e também são subtraídas dessas *Yields* o valor do spread de NTN-B x DAP (Contrato Futuro de Cupom de IPCA).

O Banco RCI Brasil efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de acordo com a Instrução CVM 475/2008, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente em suas posições.

O quadro resumo apresentado abaixo sintetiza valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco RCI Brasil, referente a carteira "banking", para cada um dos cenários da carteira. Em 30 de setembro de 2017 não apresentava saldo na carteira de negociação.

Carteira "Banking"				
Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré-Fixadas	(377)	(8.268)	(15.737)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(1)	(7)	(14)
Total ⁽¹⁾		(378)	(8.275)	(15.751)

(1) Valores calculados com base nas informações consolidadas das instituições.

Cenário 1: uma situação considerada provável pela Administração. Com base nas informações de mercado, foram aplicados choques de 10 pontos base para taxa de juros.

Cenário 2: uma situação, com deterioração de 25% na variável de risco considerada.

Cenário 3: uma situação, com deterioração de 50% na variável de risco considerada.

8. Carteira de Crédito, Arrendamento e Provisão para Perdas

Os contratos de arrendamento são pactuados a taxas pré-fixadas e têm cláusula de opção de compra, renovação do arrendamento ou devolução ao final do contrato.

a) Carteira de Arrendamento

	30/09/2017	31/12/2016
Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil	927.058	1.037.087
Arrendamentos a Receber	310.435	354.518
Valores Residuais a Realizar ⁽¹⁾	616.623	682.569
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(297.819)	(339.969)
Valores Residuais a Balançar	(616.623)	(682.569)
Outros Valores e Bens	903	912
Imobilizado de Arrendamento (Nota 12)	1.992.354	2.200.634
Credores por Antecipação de Valor Residual (Nota 16)	(1.291.137)	(1.426.947)
Total da Carteira de Arrendamento a Valor Presente Circulante	714.736	789.148
Longo Prazo	350.009	381.289
	364.727	407.859

(1) Valor residual garantido dos contratos de arrendamento mercantil, líquida de antecipações.

A receita financeira não realizada de arrendamento mercantil a apropriar referente aos pagamentos mínimos a receber é de R\$212.322 (31/12/2016 - R\$247.939).

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Carteira de Arrendamento por Vencimento

	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil		
Vencidas	9.533	11.054
A Vencer:		
Até 1 Ano	382.917	417.965
De 1 a 5 Anos	532.827	603.942
Acima de 5 Anos	1.781	4.126
Total	927.058	1.037.087

	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Carteira de Arrendamento a Valor Presente		
Vencidas	6.764	8.458
A Vencer:		
Até 1 Ano	350.009	381.289
De 1 a 5 Anos	357.260	397.939
Acima de 5 Anos	703	1.462
Total	714.736	789.148

c) Carteira de Créditos

	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Operações de Crédito:		
Financiamentos - Floorplan	1.105.367	1.100.285
Financiamentos - CDC Veículos	4.658.084	4.454.231
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	724.505	850.225
Total	6.487.956	6.404.741
Circulante	3.772.057	3.717.416
Longo Prazo	2.715.899	2.687.325

Carteira por Vencimento - Operações de Crédito

	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Vencidas	50.436	57.954
A Vencer:		
Até 3 Meses	1.667.108	1.705.935
De 3 a 12 Meses	2.104.949	2.011.481
De 1 a 5 Anos	2.662.412	2.622.581
Acima de 5 Anos	3.051	6.790
Total	6.487.956	6.404.741

Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros

De acordo com a Resolução 3.533/2008 do CMN atualizada com normatizações posteriores, as operações de cessão de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios, passaram a partir de 1 de janeiro de 2012 a permanecer registradas na carteira de crédito. Para as operações de cessão de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2011, independente da retenção ou transferência substancial de riscos e benefícios, os ativos financeiros eram baixados do registro da operação original e o resultado apurado na cessão apropriada ao resultado do período.

Com Retenção Substancial de Riscos e Benefícios

Durante os três primeiros trimestres de 2017, o Banco efetuou cessão de créditos com coobrigação para os Fundos de Investimentos (FIDC's), referente a financiamento de veículos no montante de R\$418.818 (31/12/2016 - R\$798.378 e incorporação de R\$837.270 - Nota 2). Em 30 de setembro de 2017 o valor presente das operações cedidas é de R\$355.851 (31/12/2016 - R\$850.225).

d) Carteira de Crédito e Arrendamento por Setor de Atividades

	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Setor Privado		
Indústria	47.424	48.214
Comércio	1.223.847	1.216.737
Instituições Financeiras	612	323
Serviços e Outros	296.930	258.383
Pessoas Físicas	5.633.216	5.669.883
Agricultura	663	349
Total	7.202.692	7.193.889

e) Carteira e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa sobre Carteira a Valor Presente Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Carteira de Créditos					30/09/2017	
		Curso Normal	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total	Requerida	Adicional ⁽²⁾	Provisão	
							Total	
AA	-	148.384	-	148.384	-	-	-	
A	0,5%	5.782.813	-	5.782.813	28.914	20.764	49.678	
B	1%	570.619	164.606	735.225	7.352	-	7.352	
C	3%	217.294	127.192	344.486	10.335	-	10.335	
D	10%	34.307	35.565	69.872	6.987	-	6.987	
E	30%	21.647	16.079	37.726	11.318	-	11.318	
F	50%	480	14.102	14.582	7.291	-	7.291	
G	70%	59	9.773	9.832	6.882	-	6.882	
H	100%	277	59.495	59.772	59.772	-	59.772	
Total		6.775.880	426.812	7.202.692	138.851	20.764	159.615	

Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Carteira de Créditos					31/12/2016	
		Curso Normal	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total	Requerida	Adicional ⁽²⁾	Provisão	
							Total	
AA	-	94.716	-	94.716	-	-	-	
A	0,5%	5.718.167	-	5.718.167	28.591	20.764	49.355	
B	1%	649.001	182.085	831.086	8.311	-	8.311	
C	3%	200.665	137.724	338.389	10.152	-	10.152	
D	10%	19.467	39.571	59.038	5.904	-	5.904	
E	30%	26.048	23.059	49.107	14.732	-	14.732	
F	50%	710	17.148	17.858	8.929	-	8.929	
G	70%	-	13.638	13.638	9.547	-	9.547	
H	100%	625	71.265	71.890	71.890	-	71.890	
Total		6.709.399	484.490	7.193.889	158.056	20.764	178.820	

(1) Inclui parcelas vincendas e vencidas a mais de 14 dias.

(2) A provisão adicional é constituída com base principalmente na expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao requerido pela regulamentação vigente.

f) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

	01/07 a 30/09/2017	01/01 a 30/09/2017	01/07 a 30/09/2016	01/01 a 30/09/2016
Saldo Inicial	171.491	178.820	196.422	15.508
Constituição (Reversão)	50.198	153.076	56.985	152.578
Baixas	(62.074)	(172.281)	(51.337)	(132.603)
Incorporação (Nota 2)	-	-	-	166.587
Saldo Final	159.615	159.615	202.070	202.070
Circulante	74.444	74.444	92.587	92.587
Longo Prazo	85.171	85.171	109.483	109.483

Foram recuperados créditos no valor de R\$5.558 no trimestre e R\$14.903 no acumulado do período (30/09/2016 - R\$8.979 no trimestre e R\$15.808 no acumulado do período), registrados como receita da intermediação financeira nas rubricas de operações de crédito e de arrendamento mercantil. No período findo em 30 de setembro de 2017 e 2016 não houveram renegociações.

9. Créditos Tributários
a) Natureza e Origem dos Créditos Tributários

	Saldo em 31/12/2016	Constituição	Realização	Saldo em 30/09/2017
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	125.136	42.950	(31.622)	136.464
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos				
- Ações Cíveis	5.274	562	(94)	5.742
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	23.897	6.603	(130)	30.370
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos				
- Ações Trabalhistas	2.720	646	(49)	3.317
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos para Negociação e Derivativos - IR/CS	17.672	-	(5.736)	11.936
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos para Negociação e Derivativos - Pis/Cofins	1.916	-	(566)	1.350
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos disponíveis para venda e hedges de fluxo de caixa - IR/CS	17.472	35.413	-	52.885
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos disponíveis para venda e hedges de fluxo de caixa - Pis/Cofins	2.028	4.223	-	6.251
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	1.111	1.279	(1.712)	678
Outras Provisões Temporárias	15.476	4.191	-	19.667
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	212.702	95.867	(39.909)	268.660
Prejuízos Fiscais	125.178	-	(23.978)	101.200
Total dos Créditos Tributários ⁽¹⁾	337.880	95.867	(63.887)	369.860
Circulante	76.986			103.897
Longo Prazo	260.894			265.963

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Saldo em 31/12/2015	Incorporação	Constituição	Realização	Saldo em 30/09/2016
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	9.163	119.411	39.431	(22.949)	145.056
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos					
- Ações Cíveis	1.318	4.505	-	(833)	4.990
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	11.252	6.042	4.962	585	22.841
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos					
- Ações Trabalhistas	44	1.118	1.009	(112)	2.059
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos					
para Negociação e Derivativos - IR/CS	-	1.397	35.778	-	37.175
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos					
para Negociação e Derivativos - Pis/Cofins	-	152	520	-	672
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	-	1.961	367	(1.640)	688
Outras Provisões Temporárias	724	16.387	1.534	-	18.645
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	22.501	150.973	83.601	(24.949)	232.126
Prejuízos Fiscais	154.940	-	-	(28.419)	126.521
Total dos Créditos Tributários (1)	177.441	150.973	83.601	(53.368)	358.647
Circulante	13.395				99.185
Longo Prazo	164.046				259.462

(1) Considerando os efeitos temporários trazidos pela Lei 13.169/2015, que elevou a alíquota da contribuição social para 20% até 31 de dezembro de 2018, os créditos tributários foram contabilizados de acordo com a expectativa de realização.

b) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

Ano	Diferenças Temporárias				Prejuízos Fiscais	Total
	IRPJ	CSLL	PIS/Cofins	Fiscais		
					30/09/2017	
2017	12.278	9.835	481	28	22.622	
2018	59.112	47.328	1.925	-	108.365	
2019	40.391	23.866	1.757	16.900	82.914	
2020	27.775	16.665	1.250	21.320	67.010	
2021	9.248	5.549	1.250	27.542	43.589	
2022 a 2024	5.632	3.379	939	35.410	45.360	
Total	154.436	106.622	7.602	101.200	369.860	

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

O estudo técnico de realização dos créditos tributários foi aprovado pelo Conselho de Administração na reunião realizada em 11 de agosto de 2017.

c) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente total dos créditos tributários é de R\$316.789 (31/12/2016 - R\$281.990), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e a taxa média de captação projetada para os períodos correspondentes.

10. Outros Créditos - Diversos

	30/09/2017	31/12/2016
Devedores por Depósitos em Garantia		
Para Interposição de Recursos Fiscais	155.299	147.922
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	1.411	1.135
Outros	20.501	15.899
Impostos e Contribuições a Compensar	7.976	9.198
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	38.328	43.318
Outros	10.012	5.832
Total	233.527	223.304
Circulante	50.270	50.862
Longo Prazo	183.257	172.442

11. Imobilizado de Uso

	30/09/2017		31/12/2016	
	Custo	Depreciação	Residual	Residual
Outras Imobilizações de Uso				
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	1.378	(664)	714	692
Sistemas de Segurança e Comunicações	115	(84)	31	39
Sistemas de Processamento de Dados	648	(479)	169	226
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	1.151	(368)	783	878
Total	3.292	(1.595)	1.697	1.835

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

12. Imobilizado de Arrendamento

Compreende os bens relacionados aos contratos de arrendamento (Nota 8.a), e tem a seguinte composição:

	30/09/2017	31/12/2016
Veículos e Afins	1.926.100	2.128.337
Máquinas e Equipamentos	29	29
Depreciações Acumuladas	(800.017)	(890.649)
Superveniências de Depreciações	865.488	962.015
Perdas em Arrendamentos a Amortizar	754	902
Total	1.992.354	2.200.634

Os bens estão comprometidos para venda aos arrendatários, conforme opção destes, quando da liquidação dos respectivos contratos de arrendamento. O seguro dos bens arrendados é efetuado pelo arrendatário, com cláusula de benefício em favor do Banco RCI Brasil. Foi registrado uma despesa de insuficiência de depreciação no valor de R\$96.527 (31/12/2016 - R\$236.974), equivalente ao ajuste do efetivo valor presente dos fluxos futuros das operações de arrendamento, determinado de acordo com as taxas de retorno de cada operação, em conformidade com a Instrução CVM 58/1986 e Circular Bacen 1.429/1989.

13. Intangível

Refere-se a gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais - desenvolvimento de software externo no valor de R\$5.648 (31/12/2016 - R\$5.588) como custo de aquisição e R\$3.820 (31/12/2016 - R\$3.325) de amortização acumulada.

14. Captação de Recursos
a) Depósitos

	30/09/2017			31/12/2016	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Depósitos Interfinanceiros ⁽¹⁾	589.225	102.801	680.454	1.372.480	1.340.844
Total	589.225	102.801	680.454	1.372.480	1.340.844
Circulante				692.026	1.039.649
Longo Prazo				680.454	301.195

(1) Inclui o valor de R\$218.145 de Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI objeto de "hedge" fluxo de caixa (Nota 5.c.III).

b) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

	30/09/2017			31/12/2016	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Recursos de Aceites Cambiais ⁽¹⁾⁽³⁾	245.569	360.396	539.375	1.145.340	1.090.255
Letras Financeiras ⁽²⁾⁽⁴⁾	625.461	488.673	2.400.206	3.514.340	3.000.372
Total	871.030	849.069	2.939.581	4.659.680	4.090.627
Circulante				1.720.099	1.798.191
Longo Prazo				2.939.581	2.292.436

(1) São constituídas por títulos cambiais pactuados com taxas pós-fixadas de 100% a 103% do CDI (31/12/2016 - 100% a 104% do CDI).

(2) As principais características das Letras Financeiras são Prazo mínimo de dois anos, valor nominal de R\$150. Possuem data de emissão entre setembro de 2014 e setembro de 2017 e possuem prazo de vencimento até entre outubro de 2017 e setembro de 2020.

(3) Em 30 de setembro de 2017, inclui o valor de R\$489.885 de Letras de Câmbio - LC, objeto de "hedge" fluxo de caixa (Nota 5.c.III).

(4) Em 30 de setembro de 2017, inclui o valor de R\$3.065.634 de Letras Financeiras - LF, objeto de "hedge" fluxo de caixa (Nota 5.c.III).

15. Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias compreendem os impostos e contribuições a recolher e valores questionados em processos judiciais e administrativos.

	30/09/2017	31/12/2016
Provisão para Tributos Diferidos (Nota 15.a)	216.372	241.930
Impostos e Contribuições a Pagar	3.578	13.232
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	27.615	-
Total	247.565	255.162
Circulante	31.193	13.935
Longo Prazo	216.372	241.227

a) Natureza e Origem dos Passivos Tributários Diferidos

	Saldo em 31/12/2016	Realização	Saldo em 30/09/2017
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos para Negociação e Derivativos - IR/CS	391	(391)	-
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos para Negociação e Derivativos - PIS/Cofins	43	(43)	-
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda e hedges de fluxo de caixa - IR/CS	889	(889)	-
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda e hedges de fluxo de caixa - PIS/Cofins	103	(103)	-
Superveniência de Arrendamento Mercantil	240.504	(24.132)	216.372
Total	241.930	(25.558)	216.372

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Saldo em 31/12/2015	Incorporação	Realização	Saldo em 30/09/2016
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos para Negociação e Derivativos - IR/CS	-	53.000	(50.683)	2.317
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos para Negociação e Derivativos - Pis/Cofins	-	5.744	(5.493)	251
Superveniência de Arrendamento Mercantil	299.747	-	(41.477)	258.270
Comissões Diferidas	48	37	(82)	3
Total	299.795	58.781	(97.735)	260.841

b) Expectativa de Realização dos Passivos Tributários Diferidos

Ano	30/09/2017	
	Diferenças Temporárias	Total
	IRPJ	Total
2019	43.274	43.274
2020	43.275	43.275
2021	43.275	43.275
2022 a 2024	86.548	86.548
Total	216.372	216.372

16. Outras Obrigações - Diversas

	30/09/2017	31/12/2016
Credores por Antecipação de Valor Residual (Nota 8.a)	1.291.137	1.426.947
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 17.b)	21.962	19.035
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Fiscais ⁽¹⁾ (Nota 17.b)	122.991	110.798
Taxas de Equalização e Subsídios de Taxas de Juros	344.559	399.469
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão de Créditos (Nota 19.e)	648.820	781.318
Outras	100.966	81.868
Total	2.530.435	2.819.435
Circulante	1.005.483	1.203.420
Longo Prazo	1.524.952	1.616.015

(1) Conforme Carta-Circular 3.782/16 do Bacen, a rubrica "Provisões para Riscos Fiscais" foi reclassificada de "Fiscais e Previdenciárias" para "Outras obrigações - Diversas", para os períodos atual e comparativo.

17. Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciários
a) Ativos Contingentes

Em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	30/09/2017	31/12/2016
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 16)	122.991	110.798
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos (Nota 16)	21.962	19.035
Ações Trabalhistas	8.042	6.476
Ações Cíveis	13.920	12.559
Total	144.953	129.833

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	01/01 a 30/09/2017		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	110.798	6.476	12.559
Constituição Líquida de Reversão ⁽¹⁾	5.932	1.566	6.861
Atualização Monetária	8.624	-	-
Pagamentos	(2.363)	-	(5.500)
Saldo Final	122.991	8.042	13.920
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	155.299	1.411	20.501

	01/01 a 30/09/2016		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	32.550	102	3.066
Constituição Líquida de Reversão ⁽¹⁾	3.683	2.287	3.926
Atualização Monetária	5.779	-	-
Pagamentos	(334)	-	(5.193)
Incorporação	66.686	2.486	10.013
Saldo Final	108.364	4.875	11.812
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	147.922	1.135	-

(1) Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias, outras despesas operacionais e IR e CSLL.

d) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal e Previdenciária

São processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias. Os principais processos são:

PIS e Cofins - PIS e Cofins - R\$13.056 (31/12/2016 - R\$12.648): o Banco RCI Brasil ajuizou medida judicial visando a afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas e não apenas sobre aquelas decorrentes de prestação de serviços e venda de mercadorias. Antes da referida norma, já afastada em decisões recentes do Supremo Tribunal Federal (STF) em relação às entidades não financeiras, eram tributadas pelo PIS e pela Cofins apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias.

Majoração de Alíquota da CSLL - R\$102.898 (31/12/2016 - R\$97.224): Mandado de Segurança visando afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela Medida Provisória (MP) 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008. As instituições financeiras estavam anteriormente sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a referida legislação estabeleceu a alíquota de 15%, a partir de abril de 2008. As ações judiciais ainda estão pendentes de julgamento.

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

e) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

São ações judiciais de caráter predominantemente indenizatório e revisionais de crédito.

As ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a arrendamentos mercantis.

As ações revisionais referem-se a operações de arrendamento mercantil, através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais.

As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

f) Passivos Contingentes Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis Classificados como Risco de Perda Possível

O Banco RCI Brasil possui passivos contingentes classificados como risco de perda possível no montante aproximado de R\$53.435 para ações cíveis, R\$3.495 para ações trabalhistas e R\$41.950 para ações fiscais (31/12/2016 - R\$55.621 para ações cíveis, R\$3.883 para ações trabalhistas e R\$27.389 para ações fiscais). A natureza das ações se assemelham as descritas nos itens "b", "c" e "d".

18. Patrimônio Líquido
a) Capital Social

Em 30 de setembro de 2017 e 2016 o capital social no valor de R\$985.225 é composto por ações ordinárias e preferenciais, sem valor nominal, assim demonstrado (em unidade de ações):

	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	80.784	80.556	161.340
De Domiciliados no Exterior	121.728	121.385	243.113
Total	202.512	201.941	404.453

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas conferem todos os demais direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além da prioridade na distribuição dos dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias e no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de dissolução da Companhia.

	Em Milhares de Reais			Reais por Ação			
	Bruto	IRRF	Líquido	Bruto		Líquido	
				Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais
				30/09/2017			
Dividendos ^{(1) (4)}	210.000	-	210.000	494,53	543,98	494,53	543,98
Dividendos ^{(2) (4)}	108.000	-	108.000	254,33	279,76	254,33	279,76
Juros sobre o Capital Próprio ⁽²⁾	44.000	6.600	37.400	103,62	113,98	88,07	96,88
Total	362.000	6.600	355.400				
				31/12/2016			
				Reais por Ação			
				Bruto		Líquido	
	Bruto	IRRF	Líquido	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais
Juros sobre o Capital Próprio ⁽³⁾	97.828	14.674	83.154	230,37	253,41	195,82	215,40
Total	97.828	14.674	83.154				

(1) Deliberado na Assembleia Geral Extraordinária de 28 de abril de 2017 e pagamento efetuado em 2 e 4 de maio de 2017.

(2) Deliberados na Assembleia Geral Extraordinária de 14 de julho de 2017 e pagamento efetuado em 21 de julho de 2017.

(3) Deliberado na Reunião do Conselho de Administração de 30 de novembro de 2016 e pagamento efetuado em 16 de janeiro e 16 de fevereiro de 2017.

(4) Deliberados com base na Reserva para Reforço de Capital de Giro.

c) Reservas Estatutárias

O saldo remanescente do lucro líquido do exercício foi destinado para a reserva para reforço de capital de giro, com a finalidade de garantir os meios financeiros para a operação da Companhia, limitada a 100% do capital social, podendo ser utilizada para futuros aumentos de capital.

d) Reserva Legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja a 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

19. Partes Relacionadas
a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) do Banco RCI Brasil realizada em 28 de abril de 2017, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos administradores e para o ano de 2017 foi fixado o valor máximo de R\$3.424 (2016 - R\$3.436). A Companhia é parte integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander e seus Administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco RCI e no Banco Santander.

a.1) Benefícios de Longo Prazo

O Banco RCI não possui programa de remuneração de longo prazo ao pessoal-chave da Administração ou a outras partes relacionadas.

a.2) Benefícios de Curto Prazo

	01/01 a 30/09/2017	01/01 a 30/09/2016
Salários e Honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva		
Remuneração Fixa	1.138	716
Remuneração Variável	218	-
Outras	698	696
Total	2.054	1.412

Adicionalmente, no período findo em 30 setembro de 2017 foram recolhidos encargos sobre a remuneração da administração no montante de R\$765 (30/09/2016 - R\$362).

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

c) Operações de Crédito

Nos termos da legislação vigente, não são concedidos empréstimos ou adiantamentos envolvendo:

I - diretores, membros dos Conselhos de Administração e do Comitê de Auditoria, bem como seus respectivos cônjuges e parentes, até o segundo grau;

II - pessoas físicas ou jurídicas que participem no capital da Companhia, com mais de 10%;

III - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, a Companhia;

IV - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, quaisquer dos diretores, membros do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria ou administradores da própria instituição financeira, bem como seus cônjuges e respectivos parentes, até o segundo grau.

d) Participação Acionária

O Banco RCI Brasil é uma joint-venture, cujo capital pertence 60,11% à RCI Banque - empresa do Grupo Renault e 39,89% ao Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander).

e) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

As principais transações e saldos são conforme segue:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)			
	30/09/2017	31/12/2016	01/07 a 30/09/2017	01/01 a 30/09/2017	01/07 a 30/09/2016	01/01 a 30/09/2016
Disponibilidades	32.398	23.508	-	-	-	-
Banco Santander ⁽³⁾	32.398	23.508	-	-	-	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	24.002	17.011	958	2.392	2.266	8.725
Banco Santander ⁽³⁾	24.002	17.011	958	2.392	2.266	8.725
Títulos e Valores Mobiliários - Carteira Própria	382.595	365.767	23.254	59.878	11.278	28.795
FIDC Venda de Veículos ⁽⁹⁾	263.439	241.277	9.887	22.163	8.757	23.495
FIDC RCI Brasil I ⁽⁹⁾	48.423	74.715	5.833	14.555	1.783	4.562
FIDC RN Brasil ⁽⁹⁾	70.733	49.775	7.534	23.160	738	738
Operações de Crédito	731.766	858.291	20.134	57.422	22.772	56.943
Renault do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	2.827	3.335	8.036	20.787	7.647	24.431
Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda. ⁽⁴⁾	479	643	1.498	4.470	1.740	5.318
Nissan do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	3.955	4.089	10.600	32.165	13.385	27.194
FIDC RCI Brasil I ⁽⁹⁾	374.141	505.008	-	-	-	-
FIDC RN Brasil ⁽⁹⁾	350.364	345.216	-	-	-	-
Valores a Receber de Sociedades Ligadas ⁽⁶⁾⁽¹⁰⁾	40.392	44.340	75.915	230.479	86.598	268.018
Renault do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	33.576	36.117	61.485	186.326	68.605	208.802
Nissan do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	6.816	8.223	14.306	43.705	17.808	58.812
FIDC Venda de Veículos ⁽⁹⁾	-	-	-	-	15	15
Administradora de Consórcio RCI Brasil ⁽⁸⁾	-	-	124	448	170	389

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)			
	30/09/2017	31/12/2016	01/07 a 30/09/2017	01/01 a 30/09/2017	01/07 a 30/09/2016	01/01 a 30/09/2016
Depósitos Interfinanceiros	(1.372.480)	(589.376)	(21.395)	(60.717)	(33.534)	(102.056)
Banco Santander ⁽³⁾	(1.372.480)	(589.376)	(21.395)	(60.717)	(33.534)	(102.056)
Recursos de Aceites Cambiais	(465.036)	(472.783)	(10.154)	(37.519)	(14.430)	(36.992)
Renault do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	(375.604)	(395.488)	(8.400)	(31.455)	(14.251)	(36.813)
Corretora de Seguros RCI Brasil S.A. ⁽⁸⁾	(74.434)	(73.606)	(1.466)	(5.448)	(179)	(179)
Renault do Brasil Serviços e Participações Ltda. ⁽⁴⁾	(14.998)	(3.689)	(288)	(616)	-	-
Letras Financeiras	-	(65.723)	-	(490)	(4.906)	(22.858)
Renault do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	-	(65.723)	-	(490)	(4.906)	(22.858)
Dividendos e Bonificações a Pagar	-	(83.154)	-	-	-	-
RCI Banque ⁽³⁾	-	(49.983)	-	-	-	-
Banco Santander ⁽³⁾	-	(33.171)	-	-	-	-
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas	(27.333)	(26.990)	(14.900)	(42.569)	(12.648)	(36.216)
Banco Santander ⁽³⁾	-	-	(4.362)	(9.168)	(2.487)	(7.438)
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ⁽¹⁾⁽⁵⁾	(11.030)	(9.503)	(4.385)	(13.783)	(5.739)	(17.072)
Isban Brasil S.A. ⁽⁷⁾	-	-	(63)	(1.145)	(340)	(719)
Produban Serviços de Informática S.A. ⁽⁷⁾	-	-	(18)	(78)	(4)	(22)
Nissan do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	(16.303)	(17.487)	(6.072)	(18.395)	(4.078)	(10.965)
Outras Obrigações - Diversas	(648.854)	(781.374)	(144)	(422)	(18.097)	(50.620)
Isban Brasil S.A. ⁽⁷⁾	-	-	(139)	(407)	(97)	(369)
Produban Serviços de Informática S.A. ⁽⁷⁾	-	-	(5)	(15)	(5)	(15)
Renault do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	(20)	(51)	-	-	-	-
Nissan do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	(14)	(5)	-	-	-	-
FIDC RCI Brasil I e FIDC RN Brasil ⁽²⁾⁽⁹⁾	(648.820)	(781.318)	-	-	(17.995)	(50.236)

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

- (1) As despesas referem-se a despesas administrativas - convênio operacional.
 (2) Cessão de crédito para FIDC RCI Brasil I e FIDC RN Brasil.
 (3) Controladores da Companhia (RCI Banque = 60,11% e Banco Santander = 39,89%).
 (4) Coligadas da controladora RCI Banque.
 (5) Subsidiária do controlador Banco Santander.
 (6) Valores a receber das montadoras, referente a equalização de taxas de juros.
 (7) Controlada - Banco Santander Espanha
 (8) Controladas da controladora RCI Banque
 (9) Fundos de Investimento dos quais o Banco RCI Brasil possui 100% das cotas subordinadas
 (10) Valores registrados nas rubricas Rendas a Receber e Outros Créditos - Diversos.

20. Rendas de Tarifas Bancárias

	01/07 a 30/09/2017	01/01 a 30/09/2017	01/07 a 30/09/2016	01/01 a 30/09/2016
Tarifas de Cadastro em Operações de Crédito	16.408	42.444	12.293	37.725
Outras	1.637	4.698	1.094	3.152
Total	18.045	47.142	13.387	40.877

21. Outras Despesas Administrativas

	01/07 a 30/09/2017	01/01 a 30/09/2017	01/07 a 30/09/2016	01/01 a 30/09/2016
Serviços do Sistema Financeiro	6.624	18.303	5.411	16.204
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	14.034	35.503	12.304	30.764
Propaganda e Publicidade	12.694	28.887	4.307	9.172
Convênio Operacional Aymoré Financiamentos (Nota 19.d)	4.385	13.783	5.739	17.072
Serviços de Processamento de Dados	1.358	7.626	1.552	4.110
Transportes e Viagens	526	1.658	1.264	2.457
Outras	3.608	9.536	1.701	5.787
Total	43.229	115.296	32.278	85.566

22. Outras Receitas Operacionais

	01/07 a 30/09/2017	01/01 a 30/09/2017	01/07 a 30/09/2016	01/01 a 30/09/2016
Reversão de Provisões Operacionais - Outras	48	1.253	303	1.153
Atualização de Depósitos Judiciais	4.655	11.886	3.987	11.259
Atualização de Impostos a Compensar	973	3.244	1.320	3.739
Comissão de Permanência sobre Contratos em Atraso	523	1.757	833	2.616
Recuperação de Encargos e Despesas ⁽¹⁾	6.944	18.117	4.728	16.018
Reversão PIS/COFINS - MtM Derivativos	-	-	619	4.747
Outras	27	982	(128)	2.354
Total	13.170	37.239	11.662	41.886

(1) Trata-se basicamente de recuperações de encargos relacionados a carteira de crédito.

23. Outras Despesas Operacionais

	01/07 a 30/09/2017	01/01 a 30/09/2017	01/07 a 30/09/2016	01/01 a 30/09/2016
Despesas com Comissões Comerciais e de Agenciamento	9.638	27.319	10.322	22.413
Provisões Operacionais				
Fiscais	1.005	5.932	1.112	1.236
Cíveis (Nota 17.c)	347	6.861	815	3.926
Trabalhista (Nota 17.c)	72	1.566	1.812	2.287
Gastos com Contratos em Atraso	3.057	8.954	3.260	11.183
Despesas com Serasa e Serviço de Proteção ao Crédito (SPC)	438	1.792	29	57
Atualização Monetária Contingência Fiscal	2.516	8.624	3.644	10.313
Outras	1.704	8.274	1.070	4.005
Total	18.777	69.322	22.064	55.420

24. Resultado não Operacional

	01/07 a 30/09/2017	01/01 a 30/09/2017	01/07 a 30/09/2016	01/01 a 30/09/2016
Resultado na Alienação de Imobilizado de Arrendamento	7.703	20.233	6.820	21.807
Ganhos/Perdas de Capital	58	(16)	(32)	(273)
Dividendos Prescritos	-	55	-	-
Total	7.761	20.272	6.788	21.534

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

25. Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/07 a 30/09/2017	01/01 a 30/09/2017	01/07 a 30/09/2016	01/01 a 30/09/2016
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	77.201	217.496	32.628	3.324
Participações no Lucro	(668)	(2.842)	(284)	(817)
Juros sobre o Capital Próprio	(44.000)	(44.000)	-	-
Resultado antes dos Impostos	32.533	170.654	32.344	2.507
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 20%, Respectivamente ⁽¹⁾	(14.640)	(76.794)	(14.555)	(1.128)
Despesas Inadutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	1.904	4.717	1.660	6.371
CSLL sobre Diferenças Temporárias e Prejuízos Fiscais ⁽¹⁾	27.837	13.791	-	-
Demais Ajustes	(33.428)	(19.463)	(2.254)	(11.288)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(18.327)	(77.749)	(15.149)	(6.045)

(1) Majoração Provisória da alíquota da CSLL, a partir de setembro de 2015 até dezembro de 2018

26. Evento Subsequente

Na reunião realizada em 25 de outubro de 2017, o Conselho de Administração do Banco RCI aprovou a quinta emissão pública de Letras Financeiras, em um valor total de R\$300 milhões. A deliberação prevê a emissão de 2.000 Letras Financeiras, ao valor nominal de R\$150 mil cada. Os recursos obtidos serão destinados à expansão das atividades do Banco RCI, por meio da liberação de financiamento aos clientes da Companhia para aquisição de veículos das marcas Renault e Nissan, em conformidade com seu estatuto social. A oferta inicial poderá ser majorada para até R\$405 milhões, através da emissão de letras suplementares e adicionais, conforme previsto no prospecto preliminar.

27. Outras Informações

a) Em consonância à Resolução do CMN 3.198/2004, o Banco RCI Brasil aderiu ao comitê de auditoria único, por intermédio da instituição líder, Banco Santander.

b) As instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Santander optaram pela constituição de estrutura única de gerenciamento de risco de crédito, que opera de acordo com a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios.

O resumo do relatório do comitê de auditoria e o resumo da descrição da estrutura de gerenciamento do risco de crédito foram divulgados e publicados em conjunto com as informações trimestrais do Banco Santander, disponíveis no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

BANCO RCI BRASIL S.A.
ANEXO: DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	<u>01/07 a</u> <u>30/09/2017</u>	<u>01/01 a</u> <u>30/09/2017</u>	<u>01/07 a</u> <u>30/09/2016</u>	<u>01/01 a</u> <u>30/09/2016</u>
Lucro Líquido do Período	58.206	136.905	17.195	(3.538)
Outros Resultados Abrangentes	(20.376)	(47.584)	(638)	(638)
Ativo Financeiros Disponíveis para Venda	(44)	(271)	-	-
Ajuste ao valor de mercado	(75)	(485)	-	-
Imposto de Renda	31	214	-	-
Hedges de fluxo de caixa	(20.332)	(47.313)	(638)	(638)
Ajuste ao valor de mercado	(35.879)	(84.165)	(1.158)	(1.158)
Imposto de Renda	15.547	36.852	520	520
Resultado Abrangente do Período	<u>37.830</u>	<u>89.321</u>	<u>16.557</u>	<u>(4.176)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Dominique Edmond Pierre Signora

Conselheiros Efetivos

Angel Santodomingo Martell
Andre de Carvalho Novaes
Géraud Henri Louis Lecerf
Marcus Alexandre Flores Manduca
Patrick Jean Michel Claude

Suplente do Presidente do Conselho

Jean-Marc Marie Bernard Saugier *

Conselheiros Suplentes

Andrea Veronica Arrossi de Mazzucchelli
Conrado Engel
Frederic Schneider
Nilton Sergio Silveira Carvalho
Thomas Gregor Ilg

DIRETORIA

Diretor Presidente

Géraud Henri Louis Lecerf

Diretor de Relações Institucionais

Andre de Carvalho Novaes

Diretor de Risco

Diogo Novo Cesarino

Diretor Geral

Frederic Schneider

Diretor Administrativo Financeiro

Andrea Veronica Arrossi de Mazzucchelli

* Pendente de Homologação pelo Bacen

Contador

José Eduardo Fernandes - CRC SP-269858/O-6

KPMG Auditores Independentes
Al. Dr. Carlos de Carvalho, 417 - 16º andar
80410-180 - Curitiba/PR - Brasil
Caixa Postal 13533 - CEP 80420-990 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone 55 (41) 3544-4747, Fax 55 (41) 3544-4750
www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais- ITR

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas do
Banco RCI Brasil S.A.
Curitiba - PR

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias do Banco RCI Brasil S.A. ("Banco"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e apresentação dessas informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias

O Banco registra as suas operações e elabora as suas informações contábeis intermediárias com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento

mercantil como provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente, conforme mencionado na nota explicativa às informações trimestrais nº 3.j.4. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 8.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do patrimônio líquido e do resultado em 30 de setembro de 2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo "Base para conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias" acima, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as referidas informações contábeis intermediárias, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

Outros Assuntos - Demonstração do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias, relativas à demonstração do valor adicionado (DVA) referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da Administração do Banco, cuja apresentação não é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Curitiba, 08 de novembro de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR

João Paulo Dal Poz Alouche
Contador CRC 1SP245785/O-2

Declaração dos Diretores sobre as Informações Trimestrais

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria do Banco RCI Brasil S.A. declaram que discutiram, reviram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia, relativas ao período encerrado em 30 de setembro de 2017, pelo critério BRGAAP e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da administração, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei das Sociedades por Ações, as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e demais regulamentação e legislação aplicáveis.

Membros da Diretoria da Companhia em 30 de setembro de 2017:

Diretor Presidente
Géraud Henri Louis Lecert

Diretor de Relações Institucionais
André de Carvalho Novaes

Diretor de Risco
Diogo Novo Cesarino

Diretor Geral
Frederic Schneider

Diretor Administrativo Financeiro
Andrea Veronica Arrossi de Mazzucchelli

Curitiba, 08 de novembro de 2017.

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria do Banco RCI Brasil S.A. declaram que discutiram, reviram e concordam com as opiniões expressas no Relatório de Revisão dos Auditores Independentes relativas ao período encerrado em 30 de setembro de 2017, sobre as Informações Trimestrais pelo critério BRGAAP e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da administração, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei das Sociedades por Ações, as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e demais regulamentação e legislação aplicáveis.

Membros da Diretoria da Companhia em 30 de setembro de 2017:

Diretor Presidente
Géraud Henri Louis Lecert

Diretor de Relações Institucionais
André de Carvalho Novaes

Diretor de Risco
Diogo Novo Cesarino

Diretor Geral
Frederic Schneider

Diretor Administrativo Financeiro
Andrea Veronica Arrossi de Mazzucchelli

Curitiba, 08 de novembro de 2017.